**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS-PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO A ESTUDANTES IMIGRANTES NO ESTADO DO AMAZONAS**

Maria Aparecida Teixeira Lima[[1]](#footnote-1)

Elen Ariana Azevedo Cotrim[[2]](#footnote-2)

Marcos André Ferreira Estácio[[3]](#footnote-3)

Fabiane Maia Garcia[[4]](#footnote-4)

**E-mail:** aparecida.mg@hotmail.com

**GT 2:** Educação, Interculturalidade e Desenvolvimento Humano na Amazônia

**Financiamento:** SEDUC/AM e FAPEAM

**Resumo**: As migrações, suas histórias, vivências, motivações e complexidades, vêm se inserindo nas pautas das discussões políticas e sociais, inclusive no Brasil. O presente estudo objetiva problematizar-discutir o processo de imigração internacional, a partir de reflexões acerca do processo de formação continuada de professoras-professores, destacando sua importância tanto para a própria categoria, como para os estudantes imigrantes, que visam na educação um meio de recuperação da sua condição de vida. Para tanto, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, a partir das pesquisas bibliográfica e documental. Os dados levantados subsidiam a fundamentação teórica deste trabalho dando ênfase e significado a temática. A problemática se relaciona em como melhor atender a população imigrante, a qual vivencia situações críticas em seu aprendizado, o que incide diretamente na formação de professoras-professores. Os resultados obtidos até o presente, evidenciam que a formação continuada de professoras-professores voltada para as particularidades das-dos estudantes imigrantes ainda é um campo novo o qual carente de atenção no estado do Amazonas. Por fim, eles também evidenciam a necessidade de efetivação de políticas públicas eficazes que assegurem uma formação continuada para as-os docentes, para que se possa, assim, formar cidadãs-cidadãos para o pleno exercício da cidadania.

**Palavras-chave**: Imigração; Educação; Direitos Humanos; Formação Continuada.

**INTRODUÇÃO**

O processo de migração, no século XXI, vem ganhando atenção nas discussões políticas e sociais, devido a sua intensidade e seu alto grau de complexidade. No Brasil, por exemplo, o fluxo migratório tem se intensificado consideravelmente e por diversos motivos. De acordo com os dados da 6ª edição do relatório “Refúgio em Números”, no ano de 2020, 57.099 pessoas refugiadas foram reconhecidas pelo Brasil (SILVA et al., 2021). E nesse total de refugiados, é possível encontrarmos um significativo número de crianças em idade escolar, questão que demanda esforços, atenção e dedicação por parte dos/das professores/professoras no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças.

Partindo dessa realidade, o presente trabalho, tem o objetivo de problematizar-discutir o processo de imigração internacional, a partir de reflexões acerca do processo de formação continuada de professoras-professores no estado do Amazonas, com vista a um atendimento-oferta-acolhimento de uma educação de qualidade socialmente referenciada a essa população. Os resultados obtidos até o presente momento evidenciam que a formação continuada de professoras-professores para o acolhimento-atendimento a esse público, além de nova, tem se mostrado um grande desafio. Para, além disso, também apontam para a necessidade de se pensar políticas públicas eficazes que assegurem processos formativos de educação continuada com a finalidade de atender-acolher tanto a pessoa imigrante quanto a refugiada.

O presente estudo, de caráter qualitativo, vem sendo realizado a partir das pesquisas bibliográfica e documental. Com relação a pesquisa bibliográfica, esta é compreendida por Fonseca (2002, p. 32), como aquela que “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Já a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.”.

Para a coleta de dados da pesquisa documental, utilizamos portais eletrônicos para o levantamento das legislações que asseguram o direito à educação da pessoa imigrante nos espaços-tempos brasileiros. Dentre esses sítios, destacamos: o da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o do Observatório das Migrações Internacionais (OMBMigra) e o do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, as informações-teorização são coletados a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e artigos científicos publicados em periódicos científicos.

Partimos da compreensão de que o fenômeno da imigração faz parte da história da humanidade e nos últimos tempos tem ganhado a atenção e pautado as agendas das discussões políticas devido aos vários desafios encontrados-vividos nesse processo. Ou seja, os movimentos migratórios que ocorrem no mundo inteiro, no geral, estão entrelaçados a falta de proteção e consequente violações dos direitos humanos.

No Brasil, o Ministério da Justiça, em parceria com a OBMigra e CONARE, lançou a 6ª edição do relatório ‘Refúgio em Números’, o qual afirmou existir, em fins de 2020, mais de 57 mil pessoas refugiadas no Brasil. E as suas origens são múltiplas e plurais: os venezuelanos representam 60% dos refugiados, os haitianos 23% e cubanos 5%. No tocante aos locais de destino-vivência, elas se encontram no Estado de Roraima – que possui 60% da população refugiada brasileira, seguido pelo Amazonas - 10% - e São Paulo - 9%” (SILVA, et al., 2021).

Segundo já afirmamos, entres esses refugiados, identificamos muitas pessoas em idade escolar, as quais buscam-demandam acesso e permanência no ensino público brasileiro, aqui incluídas as escolas públicas Estado do Amazonas. A respeito disso, Souza (2018), afirma que o número de matrículas de alunos de outras nacionalidades em escolas públicas brasileiras mais do que dobrou no período entre 2008-2016, saltando de 34 mil para quase 73 mil.

No Brasil, instrumentos normativos como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/1996, a Lei dos Refugiados - Lei nº 9.474/1997 e a Lei de Migração - Lei nº 13.445/2017, asseguram, do ponto de vista jurídico e no plano ideal, o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou origem territorial.

Contudo, vale ressaltar que não basta somente garantirmos o acesso da população refugiada à educação, mas devemos também pensarmos em como ela vem sendo ofertada a essas pessoas, o que, consequentemente, se vincula direta e objetivamente com os processos e as formações de professoras-professores. Pois concordamos com Soares, Souza e Costa (2021, p. 6), ao afirmam que o “[...] pensar (concepções), fazer (prática) e ensinar (concepção/prática) precisam ter significados mais próximos do sentido emancipatório, ético e comprometido com políticas que agregue aos sujeitos uma vida mais humanizada”.

Diante do exposto e pensando nos desafios que as imigrações-migrações impõem as-aos docentes, ressaltamos que o ato de pensar e refletir os processos de formação continuada de professoras-professores, são de significativa importância tanto para a sociedade quanto para as pesquisadoras-pesquisador proponentes e enquanto professoras-professor, assim como também para a própria população imigrante que vê na educação a possibilidade de melhores condições-existências de vida.

Em se tratando de formação continuada de professoras-professores, os documentos fortalecem a ideia da importância de uma formação consistente e eficaz, de forma que esta possibilite as-aos docentes os conhecimentos possíveis e necessários para o desenvolvimento de novas formas de ensinar e aprender. Além disso, ressaltamos a importância de uma formação continuada pautada na realidade escolar, uma vez que as práticas pedagógicas precisam refletir-assumir as demandas dos-nos-com os cotidianos escolares.

Por fim, salientamos que os desafios continuarão a surgir e em vista disso, as-os professoras-professores precisarão de todo o apoio, inclusive de políticas públicas eficazes que assegurem uma formação continuada, para que estes possibilitem-construam acessos à educação de qualidade socialmente referenciada, não só para os nacionais, mas também para os estudantes imigrantes e refugiados que aqui residem.

Diante do exposto, e considerando a realidade apresentada-vivida, compreendemos que o Brasil é um país que está imerso em um complexo processo-fluxo imigratório-migratório, o qual tem sido desencadeado por diversos motivos e que trazem consigo inúmeros desafios: tanto para o Estado, na questão do acesso e da permanência dos imigrantes-migrantes-refugiados; quanto para as escolas, as-os professoras-professores, o processo de ensino-aprendizagem e para a própria população imigrante-migrante-refugiada, com relação ao acesso-garantia de a uma educação de qualidade socialmente referenciada, inclusive no Estado do Amazonas.

Dito isso, o presente trabalho ainda em andamento, evidencia a necessidade de discutir e trazer reflexões acerca do processo de formação continuada de professoras-professores, de modo que estas-estes construam os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de novas formas, de modos outros de ensinar e de aprender, as-os quais possibilitem as-aos estudantes imigrantes-migrantes-refugiadas, não só o acesso a uma educação de qualidade, mas também o de participação e de inclusão-includente, tanto nas escolas quanto na sociedade.

**REFERÊNCIAS**

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números, 6ª Edição.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SOARES, Márcia Alessandra Beltrão; SOUZA, Silvia Pantoja de; COSTA, Lucinete Gadelha da (2021). A autonomia na formação do professor. **Brazilian Journal of Development,** 7 (7), jul. 2021. p. 73.007-73014. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33254>. Acesso em 7 jun. 2023.

SOUZA, Ludmilla. Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras. **Agência Brasil.** São Paulo: Agência Brasil, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/estudantes-imigrantes-> aumentam-112-em-oito-anos-nas-escolas-brasileiras. Acesso em: 28 maio 2023.

1. Mestranda em Educação no PPGDE/UEA. Professora da SEMED/SEDUC-AM. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestranda no PPGE/UFAM. Professora da SEMED/SEDUC-AM. [↑](#footnote-ref-2)
3. Doutor em Educação. Professor de Graduação (UEA) e Pós-Graduação (PPGED/UEA). [↑](#footnote-ref-3)
4. Doutora. Professora de Graduação e Pós-graduação da UFAM. [↑](#footnote-ref-4)